

Bolsa sugere converter parte da dívida externa em capital

JORNAL DO BRASIL

Guilherme Berriel

Um estudo detalhado para a implantação, a curto prazo, de um canal de conversão de dívida externa em capital, procurando, inclusive, aproveitar ao máximo a legislação já existente será apresentado, hoje, em Brasília, aos Ministros da área econômica pelo presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Enio Rodrigues.

O trabalho, elaborado por um grupo de economistas e juristas e coordenado pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, procura, de início, corrigir duas interpretações distorcidas sobre a alternativa: de que possa representar uma solução definitiva para a crise do endividamento externo e que possa gerar qualquer tipo de desnacionalização das empresas.

Alguns argumentos são apresentados no sentido de demonstrar que essas duas versões são fantasiosas: o processo, de transformação de dívida externa em capital, é necessariamente lento, ao mesmo tempo em que qualquer risco de desnacionalização poderá ser contornado com a adoção de limites máximos de participação acionária.

Por outro lado, o estudo considera que uma área atraente de conversão são os chamados "empréstimos entre companhias" que representam cerca de 12% do total da dívida externa brasileira, hoje estimada em 104 bilhões de dólares. Nesse caso, não existe o risco de desnacionalização, uma vez que esses crédi-

tos são concedidos de uma multinacional para outra.

A sistemática proposta é a conversão de dívida em capital através do mercado acionário, pelas sociedades de investimentos, administradas por instituições financeiras. Em outras palavras, o canal de conversão seriam os fundos mútuos de ações que dispõem de uma estrutura flexível, possibilitando ao Banco Central manter o controle de todo o processo.

Os bancos estrangeiros que já dispõem de instituições financeiras no Brasil, ou delas participam minoritariamente, poderão constituir as sociedades de investimentos e acompanhar de perto o gerenciamento dos fundos. Outros, poderão se associar minoritariamente às instituições brasileiras ou escolher um ou mais fundos administrados por terceiros para realizarem seus investimentos.

O trabalho, encomendado pela Bolsa do Rio, considera que a alternativa, do ponto de vista dos credores externos, é um passo natural que poderá ser dado com razoável segurança. Salienta que eles têm consciência de que seus créditos estão de fato congelados por um longo período de tempo nos países devedores e que há uma perspectiva mínima de recuperarem o principal dessa dívida em um horizonte visível de tempo.

A constatação é de que "toda a preocupação dos bancos é assegurar o fluxo de rendimentos, isto é, dos pagamentos de juros e spreads, cuja expectativa é de que, sejam objeto de renegociação e virtualmente reduzidos".